

Faculdade de Direito

Direito Econômico-Financeiro

Disciplina: DEF0512 - Tributos e Espécies na Constituição

Créditos Aula: 3
Créditos Trabalho: 0
Carga Horária Total: 45 h
Tipo: Semestral
Ativação: 01/01/2009

Objetivos

Transmitir ao aluno conhecimentos da teoria e da prática tributárias, a fim de capacitá-lo para solucionar questões fiscais de aplicação dos princípios constitucionais e dos critérios do sistema constitucional tributário na ordenação dos tributos existentes. Os princípios constitucionais tributários, que fundamentam o sistema e norteiam a elaboração, interpretação e aplicação das normas tributárias, serão estudados à luz da doutrina nacional e estrangeira mais atualizada, bem como da Jurisprudência do STF, com vistas à determinação clara e precisa dos seus limites e adequada aplicação às especificidades do nosso ordenamento. Quanto ao estudo dos tributos que compõem o sistema tributário nacional, principalmente impostos e contribuições em espécie, estes serão examinados a partir de seus fundamentos constitucionais, inclusive com estudos de casos, para crítica e compreensão da Jurisprudência do STF na matéria.

Docente(s) Responsável(eis)

35211 - Gerd Willi Rothmann

4799617 - Heleno Taveira Torres

Programa Resumido

Direito Tributário Aplicado 1

Ementa: Sistema Tributário na Constituição.

Repartição das receitas tributárias na
discriminação constitucional de rendas do
federalismo fiscal brasileiro. Os princípios da
legalidade, isonomia, capacidade contributiva,
não-confisco e solidariedade como fundamentos
da tributação. Princípios constitucionais e a
aplicação das sanções tributárias. Os tributos na
constituição. Controle de constitucionalidade,
coisa julgada e ações rescisórias em matéria tributária.

Programa

I O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Evolução dos tributos no direito constitucional brasileiro

II OS TRIBUTOS NA CONSTITUIÇÃO E SUA APLICAÇÃO

1. Impostos, taxas e contribuições

2. Impostos na Constituição e no CTN:

2.1 Impostos aduaneiros na Constituição - imposto de Exportação e Imposto de Importação

2.2 Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários (IOF)

2.3 Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Regime constitucional - os princípios da não-cumulatividade e da seletividade. Isenções e outros. IPI nas importações.

2.4 Imposto Territorial Rural (TTR)

- 2.5 Imposto sobre a Renda. Princípios de progressividade, universalidade, generalidade e capacidade contributiva. Tributação da pessoa física (IRPF) e da pessoa jurídica (IRPJ)
- 2.6 Imposto sobre transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens ou direitos (TTCMD)
- 2.7 Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior (ICMS)
- 2.8 Imposto sobre propriedade de veículos automotores (IPVA)
- 2.9 Imposto sobre propriedade predial e territorial urbana (IPTU)
- 2.10 Imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição (TTBI)
- 2.11 Imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS)
3. Contribuições na Constituição e no CTN
 - 3.1 Contribuições Sociais
 - 3.2 Contribuições Previdenciárias
 - 3.3 Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico
4. Taxas e preços públicos na Constituição e no CTN
5. A tributação de serviços públicos, telecomunicações, energia elétrica, minérios, petróleo e seus derivados na Constituição
6. Repartição das receitas tributárias na discriminação constitucional de rendas do federalismo fiscal brasileiro
- m. DIREITO PENAL TRIBUTÁRIO
 1. Direito penal tributário - Infrações à legislação tributária
 2. Crimes contra a ordem tributária e afins. Sanções penais tributárias
 3. As sanções tributárias (administrativas). Teoria geral das multas tributárias
- IV. PROCESSO TRIBUTÁRIO
 1. Processo Administrativo tributário
 2. Processo judicial tributário
 3. Execução fiscal
 4. Repetição de indébito, compensação e mandado de segurança em matéria tributária
 5. O controle de constitucionalidade material e formal das normas tributárias
6. Coisa julgada e ações rescisórias em matéria tributária

Avaliação

Método

Aulas teóricas e práticas, seminários e trabalhos individuais ou coletivos.

Critério

A avaliação do rendimento escolar do aluno será feita em cada disciplina em função de seu aproveitamento verificado em provas, trabalhos e participação em seminários.

Norma de Recuperação

Para alunos que obtiveram médias finais compreendidas entre 3,0 e 4,9 e frequência mínima de 70% será exigida prova escrita cuja média para aprovação deverá ser igual ou superior a 5,0.

Bibliografia

- ATALIBA, Geraldo, hipótese de incidência tributária, 6a ed., SP: Malheiros, 2001; ÁVILA, Humberto Bergmann. Sistema Constitucional Tributário. São Paulo: Saraiva, 2006.
- BALEEIRO, Aliomar. Direito Tributário Brasileiro (Anotado por Misabel de Abreu Machado Derzi). RJ: Forense, 1999.
- _____. Limitações constitucionais ao poder de tributar (Anotado por Misabel de Abreu Machado Derzi). RJ: Forense, 1997;
- BORGES, J. Souto Maior. Teoria geral da isenção tributária, 3a ed., SP: Malheiros, 2001, _____. Curso de Direito Comunitário. SP: Saraiva, 2005, 693 p.;
- CARRAZZA, Roque A. Curso de Direito Constitucional Tributário. São Paulo: Ed. Malheiros, 1991. CARVALHO, Paulo de Barras. Curso de direito tributário, 15a ed. SP: Saraiva, 2003;
- COELHO. Sacha Calmon Navarro. Comentários à Constituição de 1988. Sistema Tributário. Rio de Janeiro: Forense, 2005.
- CONTI José Maurício. Princípios tributários da capacidade contributiva e da progressividade. SP: Dialética. 1997;
- COSTA. Alcides Jorge. ICMS na Constituição e na lei complementar Resenha Tributária, SP. 1978: _____
- COSTA, Regina Helena, imunidades tributárias - teoria e análise da jurisprudência do STF. 2a Ed., SP: Malheiros, 2006;
- DORIA. Antônio Roberto Sampaio. Direito Constitucional Tributário e "due process of law". 2ª ed., Rio de Janeiro: Forense. 1986;
- HORVATH. Estevão. O princípio do não-confisco no direito tributário, São Paulo: Dialética. 2002
- MARTINS. Ives Gandra da Silva. Sistema Tributário na Constituição de 1988. São Paulo: Saraiva, 1991. NABAI. José Casalta. O dever fundamental de pagar impostos. Coimbra: Almedina, 1997;
- NAVEIRA DE CASANOVA, Gustavo J. El principio de no confisalidad. Madrid: Mc Giaw-Hill, 1997, 508 p.;
- OLIVEIRA. Régis Fernandes de. Curso de Direito Financeiro. SP: RT, 2006; TORRES. Heleno. Direito Tributário e Direito Privado, SP: RT, 2003;
- TORRES, Ricardo Lobo. Tratado de direito constitucional financeiro e tributário, vol. IV - Os tributos na Constituição. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.
- _____. Tratado de Direito Constitucional Financeiro e Tributário, v. 2. Valores e Princípios Constitucionais Tributários. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.
- VELLOSO. Carlos Mário da Silva. Reforma constitucional, cláusulas pétreas, especialmente a dos direitos fundamentais, e a reforma tributária. In: MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Direito Administrativo e Constitucional - Estudos em homenagem a Geraldo Ataliba. SP: Malheiros, 1997, p. 163-78: _____